

Exmo Senhor

Presidente da

Comissão de Saúde

Data: 13 de março de 2023

N. Refª : PARC- 000057-2023

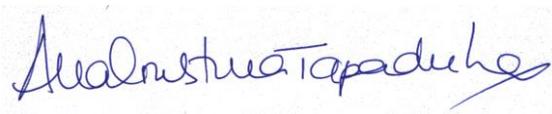
Assunto: Projeto de Resolução 451/XV/1 - Recomenda ao Governo que proceda à criação do Plano Nacional de Literacia Alimentar e Ambiental

Tendo tido conhecimento da iniciativa acima mencionada, junto enviamos os nossos comentários, mantendo-nos ao dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais,

1

Com os meus melhores cumprimentos,

A Diretora Geral

A handwritten signature in blue ink, reading "Ana Cristina Tapadinhas", is displayed on a light-colored, textured background.

(Ana Cristina Tapadinhas)

O Projeto de Resolução em apreço recomenda ao Governo que promova um inquérito nacional que identifique a situação real do país, em matéria de hábitos alimentares, escolhas e comportamentos que impactem no meio ambiente, bem como recomenda ainda que se proceda à criação do Plano Nacional de Literacia Alimentar e Ambiental, garantindo o acesso de forma transversal a informação relevante para a consciencialização e aconselhamento da população geral sobre as matérias.

Atendendo à atuação da DECO e aos legítimos interesses e expectativas dos consumidores em terem acesso a uma alimentação mais equilibrada, saudável e sustentável, cumpre-nos referir o seguinte:

O atual sistema alimentar e agrícola, da produção ao consumo, tem um grande impacto no ambiente, na saúde dos consumidores e na segurança alimentar, pelo que para atender às necessidades das gerações presentes e futuras, torna-se, assim, premente a transição para sistemas alimentares e agrícolas mais sustentáveis e saudáveis, que protejam os ecossistemas de que depende a agricultura, e que respeitem a diversidade cultural e social dos territórios.

Apesar das melhorias significativas na eficiência dos sistemas alimentares, o número de pessoas desnutridas e obesas continua a aumentar. Em Portugal, o excesso de peso e a obesidade continuam a afetar 1 em cada 3 crianças, segundo os recentes resultados do sistema de vigilância nutricional infantil – COSI Portugal, apesar da tendência da diminuição destas prevalências no país, nos últimos anos.

Estes alimentos ricos em gordura, açúcar e/ou sal têm sido, desde 2019, alvo de restrições à publicidade alimentar dirigida a crianças menores de 16 anos, pelo que estes dados reforçam a importância da monitorização dos resultados alcançados.

Muitas instituições, incluindo a Organização Mundial de Saúde, reconhecem a forte influência que a promoção de alimentos pouco saudáveis exerce sobre os comportamentos alimentares das crianças.

Por outro lado, as escolhas dos consumidores são moldadas pelos ambientes alimentares, incluindo o marketing e a publicidade, ofertas promocionais, disponibilidade e preço dos alimentos, a disposição dos produtos nos supermercados, entre outras, pelo que o enfoque apenas na responsabilidade individual do cidadão parece-nos ser insuficiente para alcançar as mudanças necessárias nos hábitos alimentares.

É, por isso, necessário agir em vários níveis - regulação, produção alimentar, venda a retalho - para criar ambientes que apoiem escolhas alimentares saudáveis e sustentáveis, pelo que a DECO reconhece o mérito da iniciativa legislativa em apreço uma vez que considera essencial:

- Recolher dados que permitam obter um diagnóstico realista sobre as escolhas e hábitos alimentares e o estado nutricional da população em Portugal, os quais permitem ainda potenciar uma reflexão, individual e coletiva, económica, política e social sobre a relação dos portugueses com a alimentação.
- Criar planos de apoio à educação e literacia alimentar, de forma a capacitar os cidadãos a fazer escolhas mais informadas.

Neste aspeto, a DECO tem vindo, ao longo dos anos, a desenvolver ações informativas para os consumidores demonstrando que é possível fazer escolhas mais saudáveis, do ponto de vista nutricional, mas também, mais económicas e sustentáveis, no âmbito dos programas DECOJovem e DECOForma, entre as quais, destacamos, o projeto “Alimentar Sem Desperdiçar”, que promove sessões de sensibilização para ajudar o consumidor a fazer melhores escolhas de consumo, capacitando-o para uma tomada de decisão mais responsável e consciente, contribuindo para uma economia circular e minimizando os impactos ambientais, financeiros e sociais do desperdício alimentar, a iniciativa “Brigada dos Lanches” desenvolvida para ajudar os pais a conhecer as necessidades nutricionais das crianças, capacitando os para interpretar rótulos de produtos alimentares permitindo o aumento de informação e conhecimento, para uma melhor escolha, face

à grande oferta do mercado, possibilitando, de igual forma, o equilíbrio entre refeições preparadas em casa e refeições prontas a consumir e o desafio Green Chef, já na sua 7.ª edição, que pretende informar e sensibilizar os jovens e as suas famílias para o combate ao desperdício alimentar em suas casas, para que compreendam os custos ambientais, económicos e sociais associados ao desperdício alimentar, procurando que sejam agentes ativos no combate ao desperdício alimentar em casa e na sua escola, através da elaboração de vídeos nos quais elaboram receitas que combatem o desperdício alimentar, a partir de sobras alimentares de refeições e/ou com melhor aproveitamento dos alimentos.

- Desenvolver estratégias regionais e locais para promover uma dieta alimentar saudável e sustentável, contribuindo para melhorar a dieta alimentar da população com base na dieta mediterrânica e permitindo ainda o estreitamento das relações entre consumidores e produtores locais.
- Criar planos de literacia para o combate ao desperdício alimentar, concebendo, ou acelerando a produção dos Planos Municipais de Combate ao Desperdício Alimentar.
- Assegurar a inclusão das organizações de defesa dos consumidores nos processos de planeamento, tomada de decisão e avaliação das políticas públicas de alimentação, bem como no desenvolvimento de projetos de sensibilização e capacitação para o impacto das escolhas alimentares dos consumidores no ambiente, na saúde e no orçamento familiar, entre outros.

Além disso, a DECO considera ainda como prioritárias as seguintes medidas:

- Consciencializar os consumidores sobre o impacto da produção e consumo de alimentos.
- Informar os consumidores, de forma clara e acessível, através de orientações dietéticas que levem em consideração tanto a nutrição como a sustentabilidade.

- Aumentar a disponibilidade e variedade de produtos alimentares sustentáveis. A maioria dos consumidores aponta o preço, falta de conhecimento e o desafio de identificar opções alimentares sustentáveis como o que os impede de comer de forma mais sustentável. Cenário que se agrava ainda mais no atual contexto de crise inflacionista.
- Monitorizar e fiscalizar o marketing a alimentos para crianças, em especial, em ambiente digital e garantido a rápida intervenção das entidades responsáveis na identificação e sancionamento de eventuais práticas ilícitas.
- Regular os ambientes alimentares digitais, com especial enfoque nas redes sociais, de modo a combater a desinformação na área da alimentação.
- Restringir o uso de promoções de preço e colocação de alimentos ricos em gordura saturada, sal e açúcares em supermercados e outros retalhistas.
- Abastecer os refeitórios em estabelecimentos públicos com produção local, e gradualmente biológica, através da implementação de um sistema de compras públicas agregadas da produção local.
- Limitar a presença de produtos prejudiciais à saúde nas máquinas de venda automática em todos os estabelecimentos de ensino e de saúde, promovendo o alargamento da oferta alimentar para opções saudáveis, assegurando uma maior liberdade de escolha pelo consumidor.
- Implementar um rótulo nutricional obrigatório para tornar a escolha saudável mais fácil para os consumidores. As evidências apontam que até à data que o Nutri-Score é o sistema de rotulagem com melhor desempenho na ajuda aos consumidores para comparar o valor nutricional dos alimentos.
- Combater falsas alegações de alimentos sustentáveis, garantindo que os rótulos de sustentabilidade dos alimentos sejam claros, inequívocos, verificáveis e não enganosos para o consumidor.



- Disponibilizar ferramentas e soluções mais práticas para ajudar os consumidores a transformarem as suas intenções em prática. Estas incluem, por exemplo, melhores instruções de armazenamento para produtos alimentares e marcação de datas de validade mais claras, aplicações de planeamento de refeições para cortar o desperdício alimentar em casa, maior disponibilidade de fruta e legumes sazonais, sugestões de receitas fáceis.
- Prestar cuidados, de forma universal, na área da nutrição nos Cuidados de Saúde Primários e as Unidades de Saúde Familiares, de forma a aumentar a capacidade de resposta e diferenciação na área da avaliação nutricional e do aconselhamento alimentar, como estratégias de gestão da saúde ao longo da vida e no contexto da família.